

**DECRETO Nº 989, de 23 de maio de 2012**

Dispõe sobre a composição do Conselho de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 71, incisos I e III, da Constituição do Estado, e considerando o disposto no art. 82, incisos I e II, e § 6º da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007,

**DECRETA:**

Art. 1º O Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR) de São Lourenço do Oeste passa a ter a seguinte composição:

## I – Campo Erê:

## a) membros natos:

1. Prefeito Municipal: Odilson Vicente de Lima;
2. Presidente da Câmara de Vereadores: Sebastião Borges dos Santos;
- b) membros da sociedade civil organizada:
  1. Sidney Di Domenico;
  2. William Pais Viganó;

## II – Coronel Martins:

## a) membros natos:

1. Prefeito Municipal: Darci Cabral de Medeiros;
2. Presidente da Câmara de Vereadores: José Eugênio Alves Ravarena;
- b) membros da sociedade civil organizada:
  1. Gilmar Gonçalves;
  2. José Adão de Oliveira;
  3. Vitorio Manera;

## III – Galvão:

## a) membros natos:

1. Prefeito Municipal: Atidor Gonçalves da Rocha;
2. Presidente da Câmara de Vereadores: Hilário José Rosiak;
- b) membros da sociedade civil organizada:
  1. Genésio Busanelo;
  2. Rodrigo Pares Bertolin;

## IV – Jupiá:

## a) membros natos:

1. Prefeito Municipal: Adilson Verza;
2. Presidente da Câmara de Vereadores: João Carlos Zilli;
- b) membros da sociedade civil organizada:
  1. Ana Paula de Oliveira Gomes;
  2. Luizinho Vilson Consoli;

## V – Novo Horizonte:

## a) membros natos:

1. Prefeito Municipal: Santos Zilli;
2. Presidente da Câmara de Vereadores: Antonio Crestani;
- b) membros da sociedade civil organizada:
  1. Gerri Sanagiotto;
  2. Lairton Ferrari;
  3. Richardson Batisti;

## VI – São Bernardino:

## a) membros natos:

1. Prefeito Municipal: Valdir Antonio Walker;
2. Presidente da Câmara de Vereadores: Dalvir Luiz Ludwig;
- b) membros da sociedade civil organizada:
  1. Antenor Brum;
  2. Epitácio Lourenço Lopes;

## VII – São Lourenço do Oeste:

## a) membros natos:

1. Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional: Osvaldino Estevão Scapini;
2. Prefeito Municipal: Tomé Francisco Etges;
3. Presidente da Câmara de Vereadores: Valmor José Perderssetti;
- b) membros da sociedade civil organizada:
  1. Francisco Oreste Libardoni;
  2. Ovídio Moschen;
- c) membro da administração pública estadual:
  1. Carlos Augusto de Andrade Morbini;
  2. Edson Favaro;
  3. Elias Buffon;
  4. Jefferson Sebastião Vieira;
  5. Paulo Sérgio Scremim; e
  6. Valnei Martins da Silva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados:

- I – o Decreto nº 206, de 6 de maio de 2011; e
- II – o Decreto nº 276, de 7 de junho de 2011.

Florianópolis, 23 de maio de 2012

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
Derly Massaud de Anunciação  
Filipe Freitas Mello

**DECRETO Nº 990, de 23 de maio de 2012**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE).

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, usando da competência privativa que lhe confere o art. 71, incisos I e III, da Constituição do Estado, e de acordo com os arts. 11, incisos I e III, e 57 da Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam reconhecidos, renovados o reconhecimento de programas de pós-graduação; publicados e divulgados atos de credenciamento e autorização da Educação Básica; atendidos pedidos de informação e consulta; credenciados e autorizados cursos Técnicos de Nível Médio e Especialização; autorizado o curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na forma dos seguintes Pareceres e Resoluções do CEE, aprovados em 10 de abril de 2012:

I – renova o reconhecimento do programa de pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado Acadêmico em Ciência Animal, oferecido no *campus* III, do Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV), Município de Lages, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Município de Florianópolis, até a publicação do próximo relatório de avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com base na Resolução nº 030 e no Parecer nº 056;

II – reconhece o programa de pós-graduação *stricto sensu* – Doutorado Acadêmico em Ciência Animal, oferecido no *campus* III, do CAV, Município de Lages, da UDESC, Município de Florianópolis, até a publicação do próximo relatório de avaliação trienal da CAPES, com base na Resolução nº 031 e no Parecer nº 057;

III – reconhece o programa de pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado Acadêmico em *Design*, oferecido no *campus* I, do Centro de Artes (CEART), da UDESC, Município de Florianópolis, até a publicação do próximo relatório de avaliação trienal da CAPES, com base na Resolução nº 032 e no Parecer nº 058;

IV – renova o reconhecimento do programa de pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, oferecido no *campus* I, pertencente ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), da UDESC, Município de Florianópolis, até a publicação do próximo relatório de avaliação trienal da CAPES, com base na Resolução nº 033 e no Parecer nº 059;

V – reconhece o programa de pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada, oferecido no *campus* II, do Centro de Ciências Tecnológicas (CCT), Município de Joinville, da UDESC, Município de Florianópolis, até a publicação do próximo relatório de avaliação trienal da CAPES, com base na Resolução nº 034 e no Parecer nº 060;

VI – reconhece o programa de pós-graduação *stricto sensu* – Doutorado Acadêmico em Educação, oferecido no *campus* I, da FAED/UDESC, Município de Florianópolis, até a publicação do próximo relatório de avaliação trienal da CAPES, com base na Resolução nº 035 e no Parecer nº 061;

VII – informa que a certificação de pós-graduação *lato sensu* que compreende programas de especialização e inclui os cursos designados como *Master Business of Administration* (MBA) tem validade nacional, se ofertados por instituição brasileira, por convênio ou não, desde que tenham a duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, corpo docente qualificado (mestres e doutores), destinados a candidatos diplomados em cursos superiores, atendidas as exigências fixadas pela instituição de ensino, com base no Parecer nº 062;

VIII – credencia a Escola AMPLA – Formação Profissional e autoriza o funcionamento do curso Técnico de Nível Médio em Transações Imobiliárias, Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, a ser desenvolvido naquela Escola, rede privada de ensino, Município de Joinville, com base no Parecer nº 063;

IX – credencia o Centro Educacional UNIMED de Joinville e autoriza o funcionamento do curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem, Eixo Tecnológico de Ambiente, Saúde e Segurança, a ser desenvolvido naquele Centro Educacional, rede privada de ensino, Município de Joinville, com base no Parecer nº 064;

X – autoriza o funcionamento do curso Técnico de Nível Médio em Saúde Bucal, Eixo Tecnológico de Ambiente, Saúde e Segurança, a ser oferecido no Núcleo Avançado de Estudos Odontológicos, rede privada de ensino, Município de Balneário Camboriú, com base no Parecer nº 065;

XI – autoriza o funcionamento do curso de Especialização Técnica de Nível Médio em Avaliação de Imóveis, Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, a ser desenvolvido pelo Instituto do Corretor, rede privada de ensino, Município de São José, com base no Parecer nº 066;

XII – credencia a Escola Técnica Bethesda e autoriza o funcionamento do curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem, Eixo Tecnológico de Ambiente, Saúde e Segurança, a ser desenvolvido naquela Escola, rede privada de ensino, Município de Joinville, com base no Parecer nº 067;

XIII – fixa normas estabelecendo a obrigatoriedade da publicação e divulgação para conhecimento público dos atos legais de credenciamento da instituição e autorização dos cursos de Educação Básica, devidamente autorizada pelo Poder Público em

conformidade com a legislação, com base na Resolução nº 036 e no Parecer nº 068;

XIV – determina que se informe à Universidade Paranaense (UNIPAR) que a documentação expedida pelo Centro de Educação Técnica e Profissional (CEBREP), Município de Porto União, referente à vida escolar de Antônio de Souza Pedroso Júnior, é verdadeira e autêntica, com base no Parecer nº 069; e

XV – autoriza o funcionamento do curso de EJA, níveis de Ensino Fundamental, com 60 (sessenta) vagas/ano, e Médio, com 80 (oitenta) vagas/ano, modalidade de ensino a distância, a ser desenvolvido no Centro de Estudos Pré-Universitários (CEPU), no polo de Criciúma, rede privada de ensino, Município de Criciúma, pelo prazo de 5 (cinco) anos, devendo o CEE proceder à visita de acompanhamento no prazo de 6 (seis) meses, por comissão devidamente designada, com base no Parecer nº 070.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 23 de maio de 2012

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Derly Massaud de Anunciação

Eduardo Deschamps